

APRECIACÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO
AOS ELEMENTOS SOLICITADOS PARA O
ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL À
SUBESTAÇÃO 30/15 KV DA MADALENA, ILHA DO PICO

FASE DE PROJETO DE EXECUÇÃO

REGISTO: INT-SRAAC/2022/4712

1. HISTORIAL

O procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ao projeto de execução para a construção da “Subestação a 30/15 kV da Madalena, ilha do Pico”, abaixo abreviadamente designado por “SEMP”, enquadrado no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro (Diploma AILA) iniciou-se a 28 de outubro de 2021 com a entrada na Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (DRAAC), na qualidade de Autoridade Ambiental, do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) e a memória descritiva da SEMP.

Nos termos do Diploma AILA foi então constituída a Comissão de Avaliação (CA) do EIA, composta pelos Serviços ou Entidades abaixo indicados, cujos representantes foram nomeados pelos respetivos dirigentes:

- Divisão de Ação Climática e Avaliação Ambiental (DACAA), que preside à CA, representada por Carlos Faria e por Filipe Pires que substituirá o primeiro nas suas faltas e impedimentos;
- Direção Regional da Energia (DREn), na qualidade de Entidade Licenciadora e representada por Reginaldo Andrade;
- Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos (DROTRH), Divisão do Ordenamento do Território, representada por Catarina Santos;
- Serviço de Ambiente e Alterações Climáticas do Pico (SAACP), representado por José Carlos Machado, para verificação no local dos aspetos de caracterização da área de estudo e cobertura dos fatores ambientais não cobertos pelos anteriores membros da CA, nomeadamente: ecologia, património e resíduos.

Após a apreciação pela CA da documentação recebida, esta emitiu um parecer a 19 de novembro de 2021, onde solicitou um conjunto de elementos e aperfeiçoamentos ao EIA, entre os quais se salienta:

- Pareceres perante a Câmara Municipal da Madalena, no que diz respeito à conformidade do projeto com as disposições no âmbito do PDM, e o IROA, S.A., no que concerne à compatibilidade do mesmo com as restrições legais impostas pela Reserva Agrícola Regional;
- Uma caracterização mais abrangente do sistema de gestão de resíduos na ilha do Pico, com indicação dos restantes operadores de gestão de resíduos licenciados existentes e também das atividades e tipologias de resíduos que se prevê produzir no projeto;
- Introduzir vários aperfeiçoamentos no Relatório Técnico e no Resumo Não Técnico, sobretudo em matéria de Ordenamento do Território.

Para os aperfeiçoamentos, colmatações das lacunas e entrega dos pareceres solicitados, a CA concedeu 30 dias úteis a partir da receção no proponente daquele documento, suspendendo-se, entretanto, a contagem de tempo até à receção dos elementos solicitados.

No ofício de envio do parecer da CA o proponente foi informado que as versões alteradas do Relatório Técnico e do Resumo Não Técnico deveriam ser entregues na Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas em suporte informático e devidamente acompanhadas de 5 exemplares destas em papel com o objetivo de serem disponibilizadas na Consulta Pública.

A 22 de dezembro de 2021, a DRAAC foi informada pelo proponente de que já efetuara aperfeiçoamentos no EIA, mas que, entretanto, aguardava ainda os pareceres do IROA e da CMM que já haviam sido solicitados.

2. NOVOS ELEMENTOS RECEBIDOS

A 13 de julho de 2022 a DRAAC recebeu as novas versões em papel dos documentos que constituem o EIA, bem como os pareceres da CMM e do IROA, SA, e ainda do pedido à Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas para ser emitida uma Declaração de Interesse Público ao projeto de construção da Subestação a 30/15 kV da Madalena, ilha do Pico, devido ao Regime Jurídico da Reserva Agrícola Regional.

3. APRECIÇÃO DOS NOVOS ELEMENTOS RECEBIDOS

No que se refere aos documentos que constituem a versão do EIA de dezembro de 2021 a CA tem a referir:

- As alterações agora apresentadas no Relatório Técnico atendem aos aperfeiçoamentos e às lacunas identificadas no parecer anterior relativamente à Produção de Resíduos e Sistema de Gestão de Resíduos, População e Socioeconomia, pelo que nestas matérias nada há a opor à declaração de conformidade do EIA na sua atual versão;

- No entanto, considerando os comentários efetuados no parecer anterior, em matéria de Ordenamento do Território, apesar de se verificar que a maioria das sugestões foram integradas, ainda se julga pertinente considerar algumas imprecisões elencadas na nova versão do Relatório Técnico, apesar de não implicar a sua não conformidade:

- No subcapítulo **1.2. Enquadramento Legal**, mais concretamente na Tabela 1 - Diplomas legais aplicáveis no concelho de Madalena do Pico, relativamente ao Ordenamento do Território, no campo associado à linha “*Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial*” e à coluna “*Diploma Legal*”, sugere-se a adição da referência ao Decreto-Lei nº 45/2022, de 8 de julho, que entretanto alterou o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, prorrogando o prazo para incluir nos planos municipais e intermunicipais as regras de classificação e qualificação dos solos. Adicionalmente, no campo associado à linha “*Aprova o PDM de Madalena do Pico*” e à coluna “*Diploma Legal*”, deverá ser adicionada a suspensão parcial publicada, entretanto, pelo Aviso n.º 20595/2021, de 2 de novembro;

- No capítulo **4. Conformidade com os Instrumentos de Gestão Territorial**, designadamente, na Tabela 4 - IGT em Vigor no Concelho de Madalena do Pico, esclarece-se que a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e o Regime Jurídico de Urbanização e Edificação configuram apenas a base legal para os instrumentos de gestão territorial (IGT) e para a edificação/urbanização, não constituindo por si só IGT, pelo que se sugere a remoção destas referências (aplicável à Tabela 12 - IGT relevantes com incidência espacial e ao conteúdo do subcapítulo **6.9.2 Ordenamento do Território**); Quanto à Reserva Ecológica e à Reserva Agrícola Regional, informa-se que as mesmas também não são IGT, nos termos da legislação em vigor, mas sim Restrições de Utilidade Pública, pelo que se sugere que sejam dissociadas da Tabela 4 - IGT em Vigor no Concelho de Madalena do Pico;

- No subcapítulo **6.9. Uso do Solo**, existe uma referência à Carta de Ocupação do Solo dos Açores (COS.A) de 2007, o que se considera desadequado, atendendo que existe uma versão mais recente (2018);
- No subcapítulo **6.9.2 Ordenamento do Território**, conforme referido anteriormente, julga-se dispensável o conteúdo relativo à Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e ao Regime Jurídico de Urbanização e Edificação por não configurarem IGT, mas sim a sua base legal. Quanto ao PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, considera-se que no seu conteúdo deverá ter a referência «*programa*» em vez de «*plano*». Relativamente à apreciação sobre a compatibilidade da proposta com o disposto no regulamento do PDM, nomeadamente, «*Verifica-se que não existe enquadramento do projeto em apreço na categoria de espaço intercetada*», julga-se que a mesma deverá ter em consideração o parecer emitido pela Câmara Municipal da Madalena (aplicável ao subcapítulo **6.9.5. Análise de Conformidade (PDM)**);
- No subcapítulo **6.9.3. Condicionantes**, no que diz respeito à RAR, julga-se pertinente referir a possibilidade da sua desafetação por despacho, quando se encontrarem reunidos os pressupostos necessários à confirmação do enquadramento nas exceções do Regime Jurídico da RAR, de acordo com o ofício emitido pela IROA, S.A.;
- No subcapítulo **6.9.5. Análise de Conformidade (PDM)**, considera-se que o conteúdo relativo à RAR não é pertinente neste subcapítulo, uma vez que já foi desenvolvido no subcapítulo anterior;
- Por fim, no subcapítulo **7.10 Instrumentos de Gestão Territorial**, não se considera exata a frase «*no que se refere à RAR verifica-se que projeto em apreço não se integra na lista de exceções do Regime Jurídico da Reserva Agrícola Regional*», uma vez que existe a possibilidade da sua desafetação por despacho, quando se encontrarem reunidos os pressupostos necessários à confirmação do enquadramento nas exceções do Regime Jurídico da RAR, de acordo com o ofício emitido pela IROA, S.A..
- A nova versão do Resumo Não Técnico corrigiu a figura 2 e atendeu aos aspetos mencionados no anterior parecer da CA.

No que se refere aos pareceres solicitados anteriormente que agora acompanham o EIA, importa ter em conta que não são aprovações incondicionais.

Quanto ao parecer da IROA, S.A., datado de 15 de dezembro de 2021, verifica-se o seguinte:

«(...) a referida pretensão só terá enquadramento no RJRAR, com a consequente desafetação da RAR, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 5.º, “Vias de comunicação, seus acessos e outros empreendimentos e construções de relevante interesse público, que sejam reconhecidas como tal por resolução do Conselho do Governo Regional, e para cujo traçado e localização não exista alternativa técnica ou economicamente aceitável», e dos artigos 8.º e 9.º daquele diploma legal.

Mais se informa que só se poderá promover a desafetação por despacho, quando se encontrarem reunidos os pressupostos necessários à confirmação daquela exceção do Regime Jurídico da RAR, nomeadamente:

- *A existência de uma declaração de interesse público do Conselho de Governo Regional, a promover pelo Secretário Regional com competência em matéria de energia;*
- *A justificação da falta de alternativa técnica ou economicamente aceitável para a localização das obras a realizar.»*

De acordo com o ofício emitido pela Câmara Municipal da Madalena, datado de 31 de janeiro de 2022, consta o seguinte: *«(...) a Câmara em reunião de 31/01/2022, deliberou por votação nominal e unanimidade, e tendo em conta que o projeto apresentado conforma-se no essencial com o disposto no Plano Diretor Municipal da Madalena, com exceção do afastamento à extrema posterior, EMITIR parecer favorável, condicionado à correção do afastamento à extrema (...) chamando-se a atenção para a necessidade de obtenção dos pareceres favoráveis da Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações e Instituto Regional do Ordenamento Agrário».*

Mais se informa que a EDA já procedeu à solicitação de Declaração de Interesse Público do projeto à Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, no âmbito do Regime Jurídico da RAR.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DELIBERAÇÕES

Na sequência da apreciação das novas versões dos documentos que constituem o EIA, dos pareceres da Câmara Municipal da Madalena e do IROA, SA, anexos, a CA tem a referir que apesar de não comprometer a declaração de conformidade, julga-se ainda pertinente ter em conta as imprecisões elencadas anteriormente, em matéria de Ordenamento do Território. Para além disso, julga-se também pertinente considerar que estão reunidas as condições para que a Declaração de Impacte Ambiental ao projeto possa ficar condicionada aos pareceres emitidos pela Câmara Municipal da Madalena, em matéria do Plano Diretor Municipal, no que diz respeito à correção do afastamento à extrema, e pela IROA, S.A., relativamente à desafetação por despacho, quando se encontrarem reunidos os pressupostos necessários à confirmação de exceção do Regime Jurídico da RAR, nomeadamente, a existência de uma declaração de

interesse público do Conselho de Governo Regional, a promover pelo Secretário Regional com competência em matéria de energia, bem como a justificação da falta de alternativa técnica ou economicamente aceitável para a localização das obras a realizar.

Assim, tendo em consideração que no presente parecer se esclarecem imperfeições que subsistem nos volumes que constituem o EIA à “Subestação a 30/15 kV da Madalena, ilha do Pico” que não comprometiam a conformidade do EIA e mecanismos que permitem viabilizar o projeto, esta Comissão de Avaliação é de parecer que estão reunidas as condições para a Autoridade Ambiental declarar conformidade do Estudo de Impacte Ambiental agora apreciado e o presente procedimento prosseguir para a fase da Consulta Pública.

A Comissão é de parecer que nos locais destinados à Consulta Pública dos documentos devem também estar disponíveis os pareceres da Comissão entretanto emitidos.

Açores, 27 de julho de 2022

P¹a Comissão de Avaliação

Carlos Faria
Filipe Pires
Catarina Santos
José Carlos Machado
Reginaldo Andrade